

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA

DONIZETTI LEÔNIDAS DE PAIVA¹
MÁRCIO BOBIK BRAÇA²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de integração econômica na América Latina, destacando as relações existentes entre as intenções de integração econômica e as estratégias de desenvolvimento da região. Pode-se afirmar que na década de 60 a integração latino-americana aparece como um instrumento auxiliar à política de substituição de importações adotada pelos países da região. Já na década de 90 a integração surge dentro do conceito de "regionalismo aberto" e insere-se numa nova estratégia de desenvolvimento: a inserção das economias latino-americanas no processo de globalização. A análise destaca ainda a influência da CEPAL³ no pensamento integracionista latino-americano.

Palavras-Chaves: Integração Econômica Regional; Desenvolvimento Econômico; Integração Econômica na América Latina.

Abstract

The objective of this article is to discuss the process of Latin American economic integration, to pointing up the relationship of economic integration intentions and the strategy of economic development in the region. We can assert that in the 60's decade the Latin-American economic integration appears as an auxiliary tool of the importing substitution policy adopted by the countries of the region. Already in the 90's years the economic integration appears within the concept of "open regionalism" and inserted in a new strategic of development: the inser-

tion of the Latin American economics in the globalization process. The analyses still detach the influence of ECLAC in the Latin-American integration thinking.

Key-Words: Regional Economic Integration; Economic Development; Latin-American Economic Integration.

Introdução

A integração econômica regional tem sido um dos principais temas das relações econômicas e políticas internacionais. De acordo com a Organização Mundial do Comércio - OMC, a maioria dos seus membros participa de algum tipo de acordo regional. Segundo dados desta organização, até dezembro de 2002 haviam sido notificados cerca de 250 acordos de comércio regional (*regional trade agreements - rtas*), dos quais 130 notificados depois de janeiro de 1995, justamente após o encerramento da Rodada Uruguai, a mais complexa e duradoura rodada de negociações. Além desta proliferação de acordos regionais, a consolidação da integração europeia, através da institucionalização da união monetária, cria uma forte percepção de que o processo de globalização vem se caracterizando cada vez mais não pela idéia do multilateralismo, objetivo máximo dos defensores do liberalismo comercial, mas sim pelo regionalismo.

Neste processo de "regionalização" nas relações econômicas e polí-

ticas internacionais, não se pode deixar de considerar o fato de que a América Latina abrigou e ainda abriga importantes esquemas de integração econômica regional. Para se ter uma idéia, segundo relatório do BID (2003), foram criados cerca de 30 novos acordos de integração econômica na região a partir de 1990. Desde a década de 60 as economias latino-americanas vêm buscando promover esforços de integração econômica, muitas vezes com fortes contradições, com o objetivo de complementar suas estratégias de desenvolvimento econômico. Entender este processo implica não apenas compreender os benefícios, custos e dificuldades para se viabilizar um processo de integração e cooperação econômica na América Latina, mas também buscar alternativas para uma melhor inserção de seus países numa globalização mais justa.

O processo de integração latino-americana pode ser dividido em três etapas. A primeira que se inicia nos anos 60 e insere-se no contexto das estratégias de desenvolvimento da região, baseada no diagnóstico da CEPAL⁴ sobre a necessidade de promover o avanço da industrialização da região através de um processo de substituição de importações. A segunda que abrange o período da segunda metade da década de 70 e a primeira da de 80, onde o processo de integração econômica sofre um esfriamento, principalmente em virtude da crise econômica desencadeada pelos choques do petróleo de

¹ Mestre e doutorando em Integração da América Latina - PROLAM/USP.

² Prof. Dr. do Depto. de Economia da FEA/USP - Ribeirão Preto e do PROLAM/USP.

³ Comissão Econômica para a América Latina.

⁴ Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

1973 e 1979, que resultou em graves desequilíbrios macroeconômicos para os países da região. E a terceira etapa que surge a partir da segunda metade dos anos 80, num contexto marcado pelo esgotamento do processo de substituição de importações e pela busca de uma nova estratégia de desenvolvimento para a região. Esta é a fase do denominado "regionalismo aberto"⁵, onde a integração econômica surge como sendo um instrumento capaz de auxiliar os países da região no combate aos seus desequilíbrios macroeconômicos e, ao mesmo tempo, como forma de tornar mais eficiente as estruturas produtivas instaladas ao longo do processo de substituição de importações. Além disto, a integração econômica regional passou a ser vista como uma forma de melhorar as condições de inserção dos países da região no cenário internacional, que passou a ser marcado pelo avanço da globalização e pela formação de grandes blocos regionais.

Portanto, este artigo tem por objetivo analisar estas etapas, destacando as principais motivações, conflitos e lições no processo de integração da América Latina a partir da década de 60, quando se deu a primeira grande iniciativa de integração.

As Origens

Após a segunda guerra mundial havia um grande consenso sobre a necessidade de se promover a industrialização da América Latina. Esta idéia esteve sempre presente nos trabalhos pioneiros da CEPAL, e sua defesa baseava-se em pelo menos três diagnósticos⁶: i) a necessidade de absorção da crescente disponibilidade de mão-de-obra, decorrente do crescimento demográfico e do intenso processo de urbanização verificado na região; ii) as externalidades positivas decorrentes da industrialização manifestadas pela difusão tecnológica e pela conseqüente elevação da produtividade, contribuindo assim para o incremento das taxas de crescimento na região; e iii) a necessidade de se romper com o processo perverso de deterioração dos termos de troca decorrente, den-

tre outros fatores, das diferenças nas elasticidades renda da demanda entre produtos básicos e manufaturados. Portanto, segundo o pensamento cepalino, a viabilização da industrialização seria possível a partir de uma política de substituição de importações, que poderia ser beneficiada por um processo de integração econômica dos países da região.

A sistematização das idéias preliminares da CEPAL em torno desta temática está presente em documento de 1959, intitulado "*Significación del mercado común en el desarrollo económico de América Latina*", redigido por Raúl Prebisch.⁷ O documento analisa o processo de integração econômica regional, entendido como a criação de um mercado comum, como sendo uma das respostas às exigências do processo de crescimento econômico da região, caracterizado pela industrialização substitutiva de importações. A idéia implícita era a de que, apesar do processo de substituição de importações ser caracterizado por uma política protecionista, a integração econômica dos países da região poderia evitar, de alguma forma, as armadilhas em se criar indústrias em economias fechadas:

(...) em vez de procurar implantar toda a sorte de indústrias substitutivas, cada país poderá especializar-se naquelas que julgar mais convenientes, de acordo com seus recursos naturais, e com as aptidões de sua população e com as possibilidades de seu próprio mercado; e recorrerá a importações provenientes dos demais países latino-americanos para satisfazer outras necessidades de produtos industrializados que não tenham podido ser atendidas por importações do resto do mundo. (CEPAL, 1959, p.362.).

Nesse sentido e considerando que a dinâmica econômica na América Latina estaria sendo ditada pela industrialização substitutiva de importações, a integração econômica era vista pela CEPAL como complemento fundamental desta política. Em outras palavras, a formação de um bloco econômico na região seria considerada como uma condição necessária a uma industrialização mais eficiente, na medida em que a intensificação do intercâmbio comercial poderia forçar o aparecimento de organizações industriais mais eficientes, processo este construído a partir do aproveitamento de economias de escalas na produção, viabilizadas pela ampliação dos mercados.

Em termos práticos, a CEPAL, através do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano⁸, criado no final de 1957, instituiu algumas condições fundamentais para que o processo de integração obtivesse êxito, dentre as quais podemos destacar⁹:

- a) A eliminação das tarifas e de outras restrições ao fluxo de comércio entre os países da região de forma paulatina;
- b) A promoção da unificação do regime tarifário frente a terceiros países, ou seja, o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC);
- c) A necessidade da criação de um comitê central para a coordenação das políticas comerciais dos países-membros;
- d) A organização de um sistema regional de pagamentos e de crédito;
- e) A adoção de um mecanismo de tratamento especial para os países menos desenvolvidos;
- f) A busca pelo equilíbrio das balanças comerciais dos países da região;

⁵ Ver CEPAL (1994). O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In Bieschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia – COFECON / Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

⁶ Estes argumentos podem ser encontrados em vários textos da CEPAL, muitos dos quais reunidos em Bielschowsky (2000).

⁷ Para uma análise detalhada deste documento, ver Braga (2002).

⁸ Contou com a participação de vários intelectuais, dentre os quais podemos destacar Raul Prebisch, Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, etc.

⁹ Sobre a atuação deste grupo de trabalho ver Versiani (1987).

g) O respeito pelo princípio da reciprocidade.

Como se pode observar tratava-se de um projeto ambicioso, que ia muito além da simples criação de uma zona de livre comércio.

Desta forma, podemos dizer que a utilização da integração econômica regional como sendo um instrumento de promoção das estratégias de desenvolvimento pode ser considerada a principal motivação à integração latino-americana nos anos 60. Neste caso, a integração era vista como uma forma de resolver o problema da limitação dos mercados nacionais, bem como da ausência de concorrência, o que possibilitaria a melhora na eficiência produtiva e a obtenção de ganhos de economias de escala no processo de industrialização da região.

Deve-se destacar ainda, neste contexto, as possíveis implicações que um outro processo de integração poderia acarretar para os países da região: o avanço do processo de integração européia, que em 1957, através do Tratado de Roma, criou a Comunidade Econômica Européia - CEE. Neste caso os países da América Latina passaram a temer pela redução de suas exportações para este mercado, devido aos efeitos de desvio de comércio que esta iniciativa de integração poderia promover para os países da região. Portanto, a integração latino-americana surgia também como uma forma de atenuar os possíveis efeitos negativos da integração européia. De acordo com Balassa (1961):

Finalmente, o interesse crescente pela integração dos países subdesenvolvidos pode atribuir-se em parte ao desejo de imitar o exemplo europeu e aos esforços deliberados para compensar os possíveis efeitos de desvio de trocas comerciais resultantes do Mercado Comum Europeu. (BALASSA, 1961, p.18).

Diante deste contexto e dada a influência dos trabalhos da Cepal surgiram dois esquemas de integração em 1960. O Mercado Comum Centro Americano (MCCA)¹⁰ e a Associação Latino-Americana de Li-

vre Comércio (ALALC)¹¹, constituída através do Tratado de Montevidéu. Dos esforços de integração econômica que surgiram na América Latina na década de 60, podemos dizer que a ALALC foi a principal iniciativa de integração daquele período, tendo em vista que reunia os principais países da região. Segundo Ffrench-Davis (1989): *“La ALALC reunió así a 10 países sudamericanos más México; hacia 1960 estas 11 naciones cubrían el 90 por ciento de la población, 95 por ciento del PGB y 92 por ciento de las exportaciones de América Latina.”* (FRENCH-DAVIS, 1989. p.38).

O início na década de 60

Os objetivos propostos no Tratado de Montevidéu para a formação da ALALC estavam de acordo com idéias gerais propostas pela CEPAL, embora suas disposições fossem um tanto quanto menores (Versiani, 1987). A divergência entre os objetivos propostos pela CEPAL e os acordados no Tratado de Montevidéu, abrange vários aspectos, dos quais podemos destacar dois: a amplitude dos objetivos proposta pela CEPAL, que eram de difícil operacionalização naquele momento, devido ao fato de demandarem um elevado grau de coordenação e cooperação política, e a interferência do FMI que não via com bons olhos a idéia de desvio de comércio que a iniciativa de integração poderia promover.

O principal objetivo da ALALC era a criação de uma zona de livre comércio com ênfase na negociação periódica de uma lista de produtos, e seus interesses estavam voltados a ampliar os mercados nacionais, o que poderia ser obtido através da redução ou eliminação gradativa das barreiras comerciais existentes entre os países membros. Além disto, o esforço de integração deveria auxiliar os países na melhoria do aproveitamento dos fatores de produção

disponíveis, através da integração produtiva, o que possibilitaria incrementar o comércio intra-regional e com o resto do mundo.

O processo de negociação comercial proposto no âmbito da ALALC previa a utilização de quatro instrumentos de liberalização: as listas nacionais; as listas comuns; as listas especiais; e os acordos de complementação econômica. Além disto, foi acordado um prazo máximo de 12 anos para a eliminação total das restrições comerciais entre os países-membro.

Nas listas nacionais eram inscritos os produtos para os quais cada país concederia redução de tarifas, e foi determinado que nas rodadas de negociações anuais cada país deveria apresentar uma lista de produtos e suas respectivas reduções tarifárias. Cabe salientar que estas reduções não eram definitivas e poderiam ser revogadas no futuro.

Já as listas comuns continham os produtos cujas restrições seriam eliminadas dentro da zona de livre comércio, por todos os países, até 31/12/1980. Neste caso as negociações deveriam ser feitas a cada três anos, e as concessões negociadas deveriam ter caráter irrevogável.

As listas especiais previam concessões tarifárias aos países de menor desenvolvimento econômico relativo da região (Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai), e os acordos de complementação econômica visavam facilitar a complementação produtiva de determinados setores industriais.

Os resultados apresentados por este esforço de integração não atingiram a grandeza de suas intenções e retórica. Nos primeiros anos de funcionamento da ALALC houve um avanço no número de concessões tarifárias com base nas listas nacionais, cabendo salientar que a maioria dos itens incluídos nestas listas já envolvia produtos comercializa-

¹⁰ Constituído em dezembro de 1960, através do Tratado Geral de Integração na América Central, por Guatemala, El Salvador e Nicaraguá. E com adesão posterior de Honduras e Costa Rica.

¹¹ Constituído em fevereiro de 1960, por ocasião da assinatura do Tratado de Montevidéu entre Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Com posterior adesão de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela.

dos entre os países, os quais já gozavam de benefícios devido a antigos acordos bilaterais. Como bem observa Aragão (1983):

En las primeras Listas Nacionales fueron incluidos prácticamente todos los productos que ya eran intercambiados por los países miembros sobre la base de los antiguos "acuerdos bilaterales". Así, de las 10.869 concesiones otorgadas en Listas Nacionales hasta 1969, 8.248 (76%) corresponden al período 1962/1964. (ARAGÃO, 1983, p.4).

Aragão destaca ainda que:

A medida que los compromisos de desgravación anual pasaron a exigir la inclusión en aquellas listas de bienes producidos internamente y un nivel de rebajas que conduciría, necesariamente, a la competencia en cada mercado nacional de productos similares originarios de otros países de la zona, las negociaciones se hicieron cada vez más difíciles. Por ello, en 1967, imposibilitaron la firma del segundo tramo de Lista Común y redujeron en cada año el número de concesiones en Listas Nacionales, hasta su virtual estancamiento, en el decenio de 1970 (...). (ARAGÃO, 1983, p.5).

Portanto, com relação às negociações da Lista Comum, o insucesso veio já na segunda negociação trienal (1967). Restando desta forma apenas os acordos de complementação econômica como instrumento ativo das negociações. Os acordos de complementação econômica envolviam basicamente os três principais países da associação (Argentina, Brasil e México) e estavam restritos a alguns setores específicos (indústria eletroeletrônica, química, petroquímica, fonográfica, de máquinas de escrever, de refrigeração, etc.), nos quais a participação das empresas multinacionais era predominante.

Os resultados no que diz respeito ao aumento do fluxo comercial entre os países da região podem ser considerados positivos. O desempenho das exportações intra-regionais, ou seja, a participação das exportações para a região em relação ao total exportado, saiu de um patamar

de 6,7% em 1961, para 10,1% em 1970, 14% em 1980 e 12,3% em 1982. (ARAGÃO, 1983).

Outro aspecto importante no fluxo comercial entre os países da ALALC diz respeito a diversificação da composição das exportações intra-regionais, ou seja, depois da assinatura do Tratado de Montevideo houve um aumento na presença do comércio de manufaturas entre os países membros. As exportações de manufaturas intra-regionais que representavam 9,7% em 1962 atingiram 43,3% em 1980. Este crescimento na participação das exportações de manufaturados foi mais intenso no caso do Brasil, Argentina, Colômbia, Peru e Uruguai. (ARAGÃO, 1983).

A despeito das possibilidades de ganhos provenientes de um grande processo de integração econômica regional, as negociações de fato nem sempre caminham de acordo com as expectativas. Junto com todo este processo de integração, foram surgindo alguns fatores que comprometeram seu avanço. Um deles diz respeito às divergências apresentadas pelos países menores com relação à participação nos benefícios da integração e ao encaminhamento que o processo deveria tomar. Para eles o processo de integração, na forma em que estava se desenvolvendo, beneficiava apenas os grandes países. Portanto, era necessário modificar o mecanismo de integração. De acordo com Barbosa (1996):

Concebido basicamente como um mecanismo de liberação de comércio para Argentina, Brasil e México, o TM-60 [Tratado de Montevideo - 1960] era percebido pelos países de desenvolvimento intermediário e de menor desenvolvimento relativo como um instrumento para complementar suas economias, pela reciprocidade de benefícios, e para impulsionar o desenvolvimento pela distribuição de indústrias e investimentos. Essa diferença de enfoque entre "comer-

cialistas" e "desenvolvimentistas" está na origem da clivagem que se estabeleceu no âmbito da ALALC com a separação entre os países andinos de menor desenvolvimento e o Brasil, a Argentina e o México, o que resultou na gestação e formação de um primeiro subgrupo regional. (BARBOSA, 1996, p.141).

As divergências internas culminaram com a criação do Grupo Andino¹² em 1969, o que pode ser considerada a primeira ruptura no processo de integração da ALALC. Outro fator que contribuiu para o esfriamento do processo de integração foi a assinatura do protocolo de Caracas¹³ que, de certa forma, diluiu as obrigações dos países membros.

Em 1969, o protocolo de Caracas institucionalizou o insucesso do programa de liberalização previsto em 1960, diluindo de tal forma as obrigações dos países membros a ponto de reduzir o Tratado a uma mera declaração de boa-vontade das partes em relação à integração (García Martínez [1979]). (VERSIANI, 1987, pp.31-32).

Desta forma o processo de integração econômica da América Latina chegou ao final da década de 60 enfraquecido, e os problemas para a integração se agravaram na década seguinte.

As dificuldades na década de 70

O insucesso da idéia integracionista na América Latina proposta nos anos 60 pode ser creditado a diversos fatores, dentre os quais podemos destacar as dificuldades em se distribuir os benefícios e custos da integração em um grupo de países com diferentes graus de desenvolvimento industrial e que demandam a difícil tarefa da administração de conflitos entre os estados nacionais. Conforme destacado anteriormente, os conflitos em torno da integração na região já ficavam evidentes ainda no final dos anos 60 quando os

¹² Constituído em maio de 1969, através do Acordo de Cartagena por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Em 1973 houve a adesão da Venezuela, e em 1976 o Chile se retirou do acordo.

¹³ Assinado em dezembro de 1969, estendeu o prazo para a formação da Zona de Livre Comércio de 1972 para 1980.

países menores da ALALC demonstraram seu descontentamento com a condução do processo de integração e decidiram formar o Grupo Andino em 1969. Soma-se a esta dificuldade a perda da capacidade da influência da CEPAL no processo de integração, explicado em boa parte pelo início de um ciclo de ditaduras militares na América Latina.

Não se deve esperar que um processo de integração ocorra sem conflitos, sejam eles internos e externos aos países. A integração implica em mudanças na estrutura produtiva e perfil de distribuição de renda. Considerar que tais mudanças ocorram de forma linear é uma atitude no mínimo ingênua. Mas, na América Latina, o processo sofreu, no início dos anos 70, um abalo adicional: a crise da dívida externa na região e os desequilíbrios macroeconômicos decorrentes desta.

O aumento nos preços do petróleo no início dos 70 provocou a retração no ritmo de crescimento dos países industrializados, o que afetou negativamente as exportações latino-americanas para estas regiões. Além disto, provocou a diminuição da liquidez internacional acarretando no aumento das taxas de juros e na redução dos fluxos de financiamentos e investimentos para os países em desenvolvimento. O resultado disto foi a explosão da dívida externa e uma profunda desestruturação macroeconômica na maioria das economias da região.

Todo este contexto de crise no início dos anos 70 teve impacto direto sobre o processo de integração na região.

O agravamento da crise da dívida externa nesse período tornou agudos no Brasil e em alguns outros países, certos problemas, com impacto direto no processo de integração: recrudescimento de restrições não tarifárias generalizadas; queda substancial na taxa de investimento, dificultando a expansão da oferta exportável dos produtos dos países de desenvolvimento intermediário (Chile, Venezuela, Colômbia, Peru e Uruguai) e dos países de menor desenvolvimento relativo (Equador, Bolívia e Pa-

raguai) para os países de maior mercado na região (Argentina, Brasil e México); desordem macroeconômica em quase todos os países, aumentando a incerteza para o intercâmbio comercial (instabilidade de preços, oscilação da taxa cambial, mudanças nas regulamentações internas); perda de competitividade pelo atraso tecnológico; dificuldade de articulação de políticas entre países ou grupo de países. (BARBOSA, 1996, p.147).

O impacto direto do agravamento da crise da dívida sobre o intercâmbio regional pode ser entendido, conforme sugere a citação precedente, a partir da necessidade de ajuste dos países frente à crise da dívida. Tal crise gerou a necessidade de superávits comerciais, cuja operacionalização resulta, na maioria das vezes, em práticas que vão contra o livre comércio, seja pelas restrições às importações ou pelos estímulos às exportações¹⁴. Tratam-se evidentemente de políticas que são prejudiciais num início de processo de integração comercial, não apenas por impor práticas contrárias ao comércio regional, mas também por intensificar os conflitos em torno das negociações.

Deve-se destacar que o regionalismo passa a ser preterido pelo comércio com os países desenvolvidos, seja com o objetivo de exportar para grandes mercados mundiais ou pela necessidade de importar bens a custos menores. Conforme destaca MASSAD, 1989:

El planteamiento estratégico a fines de los años setenta había variado: se trataba ahora de buscar en cada país individual la integración con el mundo más que con sus vecinos, financiando el proceso con deuda externa. (MASSAD, 1989, p. 107).

A tudo isso se somam as incertezas decorrentes dos problemas macroeconômicos resultantes da crise da dívida. Tais problemas acabam por dificultar a completude dos con-

tratos entre os países da região. Dado que estes contratos são o resultado da integração de "facto" e considerando que são acordados entre países com diferentes moedas, a taxa de câmbio assume papel fundamental nas relações comerciais estabelecidas. Num quadro de crise de endividamento externo é de se esperar grande incerteza nas taxas de câmbio entre os países. Esta incerteza, aliada as perspectivas de baixo crescimento entre as economias, acaba por reduzir a disposição dos agentes em formalizar contratos comerciais intra-regionais.

Tais conjecturas nos remetem a uma outra questão fundamental em um processo de integração: a necessidade de coordenação macroeconômica em processos de integração econômica regional. Sob o ponto de vista teórico, existe uma clara relação entre o grau de integração e interdependência macroeconômica. Segundo CEPAL (1992a), a interdependência macroeconômica derivaria de três efeitos que a integração exerce sobre as economias: i) o aumento do volume de comércio em relação ao produto agregado; ou seja, um aumento do grau de abertura dos países; ii) a intensificação da reação do comércio frente a mudanças nos preços relativos dentro dos mercados, o que pode ser interpretado como elevação da elasticidade-preço do comércio; e iii) a maior sensibilidade que os fluxos comerciais tendem a experimentar em relação a variações no nível de atividade nos países envolvidos, decorrente do maior grau de especialização entre eles; o que pode ser interpretado como uma elevação da elasticidade-renda do comércio.

Estes três efeitos descreveriam o fenômeno da interdependência econômica entre os países envolvidos no processo de integração, ou seja, a sensibilidade do comportamento econômico de um país com respeito aos acontecimentos econômicos em outros países. Assim, a partir de um

¹⁴ Aqui estamos supondo que os incentivos a determinados setores com o objetivo de se aumentar a competitividade de suas exportações como uma prática contrária ao livre comércio proposto pelas teorias clássicas e neoclássicas do comércio.

“ O grande problema num processo de integração seria transformar o ciclo vicioso num ciclo virtuoso... ”

determinado grau de integração, com a intensificação do processo de abertura do país e com a elevação das elasticidades preço e renda do comércio, cresceria a necessidade de se levar em conta os efeitos de políticas ou perturbações macroeconômicas internas em outros países do bloco. Estaria assim criada a necessidade de algum grau de cooperação macroeconômica entre os países, seja no que diz respeito a convergência de determinados parâmetros macroeconômicos (inflação, déficit público, déficit externo etc.) ou com relação à coordenação de políticas macroeconômicas (políticas monetária, fiscal e cambial).

Estabelecida tal cooperação, poder-se-ia criar o que se pode denominar de ciclo virtuoso: a partir de um determinado nível de integração, a cooperação acabaria por contribuir para a intensificação do processo. Esta dinâmica, entretanto, não seria algo fácil de se estabelecer. Isso porque, em situações em que é baixo o grau de integração entre os países, também é baixo o grau de interdependência macroeconômica e, conseqüentemente, não há incentivos à coordenação macroeconômica; e a ausência desta coordenação acaba por perpetuar o baixo grau de integração, dinâmica esta que pode ser descrita como um ciclo vicioso.

O grande problema num processo de integração seria transformar o ciclo vicioso num ciclo virtuoso, e neste caso, para os países latino-americanos está não era uma tarefa fácil, pois a situação foi agravada com a crise da dívida externa no início dos anos 70, onde a prioridade no ajuste macroeconômico e a falta de controle adequado sobre determinados instrumentos de política econômica acabaram por criar grandes dificul-

dades no âmbito da cooperação macroeconômica.

Diante de todas estas dificuldades, e para manter algum grau de integração entre os países da região, a alternativa foi a flexibilização dos compromissos assumidos no âmbito da ALALC e sua substituição pela ALADI - Associação Latino-americana de Integração, em 1980. A ALADI passou a limitar seus objetivos de forma mais “realista” e a priorizar as relações bilaterais e sub-regionais. Cabe salientar que estas relações tornaram-se possíveis principalmente porque em 1964, ainda no contexto da ALALC, a denominada cláusula da nação mais favorecida já havia sido revogada (VERSIANI, 1987). Com isto, os países se viram livres da obrigatoriedade de estender aos demais países do bloco os benefícios acordados de forma bilateral ou sub-regional.

Mesmo com a flexibilização dos compromissos no âmbito da ALADI, somente a partir da segunda metade dos anos 80 é que as iniciativas de integração tomaram um novo impulso.

A Retomada da integração nos anos 80 e o regionalismo aberto nos anos 90

Os problemas macroeconômicos que se instalaram em diversos países da América Latina a partir da década de 70 não foram solucionados nos anos 80. Ao contrário, em inúmeros países, ao alto nível de endividamento externo, foram adicionados os problemas da deterioração das finanças públicas e dos processos inflacionários crônicos. Mas, mais do que estes problemas passou a ficar claro que o modelo de desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações estava esgotado. Ou seja, além dos problemas macroeconômicos conjunturais, cria-se um grande consenso em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a região.

Para muitos, o novo modelo deveria se basear na abertura das economias. Neste contexto ganha espa-

ço novamente o ideal integracionista cepalino, cujos estudos nos anos 70 se voltaram para os ajustes macroeconômicos, e que agora retomam a idéia da integração:

En este nuevo escenario internacional, la cooperación y la integración de América Latina emergen como vías de gran valor para reactivar las economías latinoamericanas en el futuro inmediato y para aclarar, aunque sea parcialmente, las oscuras perspectivas de su desarrollo en un período más amplio. Para ello, se impone con urgencia una revitalización que ya están en vigencia, a fin de adecuar al máximo los servicios que ellos puedan prestar frente a la actual emergencia y a las perspectivas de desarrollo en el largo plazo, dada la lógica correlación e interdependencia que existe entre desarrollo, industrialización e integración económica. (CEPAL, 1985, p.128).

Portanto, mais uma vez a integração aparece como sendo um “instrumento” adicional na tão sonhada e necessária busca pelo desenvolvimento latino-americano. Se na década de 60 o regionalismo surge como uma opção à problemática de inserção dos países latino-americano no comércio internacional (deterioração dos termos de troca), ao final da década de 80, quando começa a ficar evidente a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, a integração regional aponta justamente para esta inserção dentro do denominado “regionalismo aberto” ou “novo regionalismo” em contraposição ao “velho regionalismo”.¹⁵ De acordo com a CEPAL, o regionalismo aberto teria como objetivo:

(...) fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de

¹⁵ Sobre as diferenças entre o velho e novo regionalismo, ver BID (2003).

liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos. (CEPAL, 1994, p.946).

Desta forma, o regionalismo aberto, tal como concebido pela CEPAL, pode ser entendido como uma estratégia que busca ampliar a eficiência econômica a partir da integração regional, e que tem como objetivo melhorar a posição da região no novo contexto econômico internacional. Contexto este que tem sido caracterizado pelas intenções de busca de um comércio mais livre, manifestadas pelas inúmeras rodadas de negociação no âmbito do sistema GATT/OMC e pela consolidação da União Européia como uma verdadeira união monetária, bem como pelos riscos que esse mercado pode trazer aos países em desenvolvimento ao fortalecer o protecionismo extra-bloco.

Diferentemente do ideal presente da década de 60, em que o objetivo era criar estruturas produtivas mais eficientes a partir da ampliação dos mercados e da exposição dessas estruturas à concorrência regional, esse “novo regionalismo” teria como objetivo tornar mais competitivas tais estruturas produtivas diante de um cenário de intensificação do processo denominado por muitos de globalização.

Evidentemente não se deve imaginar que a opção de abertura comercial seja uma decisão simples e de resultados imediatos. Inserir-se neste processo de abertura significa entrar em todo um complexo de negociações comerciais, seja entre países isoladamente ou grupo de países, muitos dos quais já integrados. Neste contexto, a integração serviria não só como uma forma dos países aumentarem seu poder de barganha nas negociações internacionais, mas também como meio de fortalecer os países latino-americanos contra o protecionismo dos países desenvolvidos e contra o surgimento de blocos comerciais:

Ao mesmo tempo, todos também reconhecem o risco de que a configuração de blocos econômicos entre países desenvolvidos conduza

a um mundo fragmentado, no qual predomine o livre comércio dentro desses grupos e um comércio mais administrado entre eles e os demais países. Por essa perspectiva, a integração continua a fazer sentido, desta vez como um mecanismo de defesa para compensar alguns dos custos de um isolamento ainda maior, resultante do eventual aumento do protecionismo nos países desenvolvidos. (CEPAL, 1994, p. 943)

Considerando todo o contexto aqui destacado, a partir da segunda metade dos anos 80 o processo de integração latino-americano ganhou um novo impulso, particularmente a partir da aproximação entre o Brasil e a Argentina no ano de 1985, com a assinatura da Declaração de Iguazu. Esta declaração criou a Comissão Mista para a integração, que tinha como objetivo acelerar o processo de integração entre os dois países.

Na verdade podemos dizer que esta aproximação entre Brasil e a Argentina já estava sendo desenhada desde o final da década de 70, com a assinatura do Acordo Tripartite entre o Brasil-Argentina-Paraguai (1979), o qual permitia a melhor utilização dos recursos hidrelétricos por parte dos três países das usinas de Itaipu e de Corpus. Além disto, neste mesmo ano, o Brasil e a Argentina assinaram um convênio de cooperação nuclear que ajudou a superar as divergências geopolíticas existentes entre eles, abrindo espaço para os entendimentos na direção da integração.

Outro passo importante dado na direção da retomada da integração econômica foi a assinatura da Ata de Integração Brasileiro-Argentina em julho de 1986, que estabeleceu os fundamentos do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). O principal objetivo deste programa era formar um espaço econômico comum, através da abertura gradual dos mercados brasileiro e argentino, tendo em vista a percepção por parte destes dois países da

necessidade de atuação conjunta para enfrentar os problemas dos desequilíbrios macroeconômicos. Como bem observa Corrêa (2000):

A integração Brasil-Argentina no campo econômico-comercial derivou da confluência de uma série de fatores e de interesses recíprocos: em primeiro lugar, como mencionado, a redemocratização; a superação de rivalidades geopolíticas; a percepção comum da necessidade de união de esforços para enfrentar os desafios da crise econômica na América Latina nos anos 80 (...). (CORRÊA, 2000, p.185).

Os avanços no sentido da integração entre estes dois países continuaram e em julho de 1990 o Brasil e a Argentina firmaram a Ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31/12/94 para o estabelecimento definitivo de um mercado comum entre os dois países. Em agosto do mesmo ano foram convidados Paraguai e Uruguai para integrarem o bloco sub-regional que estava se formando, e finalmente em 26 de março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul.

O processo de formação do Mercosul pode ser dividido em duas etapas. Um período de transição que vai de 1991-94 e que estabelece as bases do processo de integração, através da negociação dos protocolos¹⁶ e do estabelecimento da estrutura de funcionamento do bloco. E outro período a partir de 1994, com o estabelecimento da união aduaneira. Neste ponto cabe salientar que em janeiro de 1994 os países-membros deixaram claro que a meta do Mercosul deveria ser a formação de uma união aduaneira e não mais o estabelecimento de um mercado comum. (BAUMANN, 2001).

Além da formação do Mercosul, foram retomados os antigos esquemas de integração econômica como o Mercado Comum Centro Americano – MCCA, o *Caribbean Community* – CARICOM¹⁷ e Grupo Andino,

¹⁶ Os principais instrumentos utilizados no processo de negociação do Mercosul são os protocolos de negociação. Estes protocolos estabelecem os mecanismos a serem adotados para a redução das tarifas e a eliminação das barreiras não-tarifárias.

¹⁷ Formado em julho de 1973 pelos países do Caribe.

e surgiram várias outras¹⁸ iniciativas de integração na região, com destaque para a proliferação dos acordos bilaterais.

No que diz respeito aos antigos esquemas de integração, o MCCA ganhou novo impulso a partir de 1993 através da assinatura do protocolo da Guatemala, que introduziu os princípios do gradualismo, da progressividade e flexibilidade para a implementação de uma união aduaneira. O CARICOM acordou, em 1989, por criar o Mercado e Economia Comum do CARIBE (CSME), com previsão para ser implantado até dezembro de 2005. O Grupo Andino, através do protocolo de Trujillo de 1996, passou a se chamar Comunidade Andina e estabeleceu como meta o aprofundamento do processo de integração e a formação de um mercado comum até o ano de 2005. A ALADI, por sua vez, perdeu um pouco de sua importância, tendo em vista que seus principais participantes optaram por estabelecer novos esquemas de integração econômica, como foi o caso dos países que formaram o Mercosul, do México e sua adesão ao NAFTA, e do Chile e sua política de acordos bilaterais.

Dos novos esquemas de integração da América Latina, além dos vários acordos bilaterais, que em sua maioria envolve acordos de alcance parcial e de complementação econômica e que tem no Chile um dos seus principais protagonistas, vimos surgir também o Grupo dos Três em outubro de 1990. Este grupo é formado por México, Colômbia e Venezuela, e tem como objetivo servir de grupo de consulta e cooperação para discutir e propor soluções para os problemas relacionados a estes países e a região.

Outra grande iniciativa de integração que envolve praticamente todos os países da região é a proposta dos Estados Unidos para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esta proposta foi lançada em 1994 na Cúpula das Américas em Miami, e previa o término das negociações para o ano de 2005, prazo este que, dado a comple-

xidade das negociações e divergência de interesses, não foi cumprido. Não se pode considerar a ALCA no contexto dos processos de integração aqui destacados. Se por um lado tais processos, a exemplo do Mercosul, parecem se encaixar no universo de discussões acerca da importância da integração econômica regional para o desenvolvimento da América Latina, não está clara esta relação quando se considera a ALCA. Isto significa que, para uma adequada avaliação dos possíveis benefícios de uma área de livre comércio envolvendo todos os países do continente, deve-se questionar se o modelo de integração implícito na ALCA, da forma como tem sido proposta pelos Estados Unidos, pode ser considerado como sendo parte de um processo mais amplo de promoção do desenvolvimento latino-americano, ou apenas uma questão de liberalização comercial para acesso aos mercados.

É importante ressaltar que esta nova onda integracionista latino-americana possui alguns elementos que a diferencia dos antigos esquemas de integração da região. De acordo com Devlin e Estevadeordal (2001) tais elementos envolvem os seguintes aspectos: *i*) uma nova estratégia de desenvolvimento dos países da região, que passa a estar baseada na abertura comercial, e não mais no protecionismo; *ii*) a proliferação dos acordos de complementação econômica, em detrimento dos acordos multilaterais; *iii*) a redução da participação do setor público nas atividades econômicas; *iv*) o aumento da participação das empresas transnacionais no processo de integração; *v*) a visão de que o novo regionalismo é apenas uma etapa de um conjunto mais amplo de reformas estruturais, pelas quais os países da região vêm passando; *vi*) a importância dos investimentos externos diretos no processo de integração, principalmente aqueles que envolvem as operações de fusões e aquisições na região; *vii*) as transformações dinâmicas ocorridas nos setores de produção.

Os resultados apresentados pela nova onda integracionista latino-americana da década de 90 podem ser considerados positivos. Um dos principais resultados obtidos foi a expansão das correntes de comércio (importação + exportação) entre os países da região. A participação das correntes de comércio intra-regionais, que era de 14% em média no período de 1970-1990, passou para cerca de 20% no período de 1990-1995 (Tavares, 1998). Além da melhora no desempenho das correntes de comércio intra-regionais, houve também um aumento dos fluxos de investimentos em direção a região. Investimentos estes que, de certa forma, estavam associados a explorar as vantagens dos esquemas de integração da região (BID, 2003).

Um dos destaques deste bom desempenho nos fluxos de comércio e de investimentos latino-americano ficou por conta do Mercosul. De 1990 a 1998 as exportações entre os países do bloco praticamente quintuplicaram, passando de US\$ 4 bilhões para US\$ 21 bilhões, e a importância relativa das transações intra-regionais saltou de 8,9% para 26%. Os fluxos de investimentos diretos entre os quatro países do bloco também foi destaque, principalmente nas relações entre o Brasil e a Argentina. Em 1993 o Brasil investia cerca de US\$ 80 milhões na Argentina, e em 1997 este valor já alcançava a cifra de US\$ 425 milhões. No sentido contrário a participação brasileira no recebimento de fluxos de investimentos provenientes da Argentina passou de 1,1% para 2,5%. Outro ponto importante a ser destacado nos primeiros resultados do bloco foi o aumento do número de fusões e aquisições. No período entre 1992 e 1998 houve 648 fusões e aquisições no âmbito do Mercosul. (BAUMANN, 2001).

Este bom desempenho apresentado nos fluxos comerciais e de investimentos pelo Mercosul e pelos outros países da região não deve ser creditado exclusivamente aos esforços de integração promovidos por estes países, mas, sobretudo, ao con-

¹⁸ Cerca de 30 novas iniciativas de integração econômica na região, a partir de 1990. (BID, 2003).

junto de reformas liberalizantes adotadas por eles neste mesmo período.

Ainda no final da década de 90 os esforços de integração latino-americanos começaram a sofrer um novo esfriamento, principalmente em função das políticas de ajustes do Balanço de Pagamentos que passaram a ser adotadas por grande parte dos países da região, como forma de enfrentar o período das crises cambiais¹⁹, que se desencadearam ao redor do mundo. Muitas das medidas adotadas pelos países foram na contramão do processo de integração econômica, pois mudaram as regras do jogo em pleno andamento do campeonato. Um bom exemplo disto foi a desvalorização cambial promovida pelo Brasil no início de 1999 que teve efeitos negativos nos fluxos das exportações argentinas para o mercado brasileiro e promoveu um período de tensão nas negociações do Mercosul.

Este esfriamento dos esforços de integração latino-americana no final da década de 90 nos remete novamente a necessidade de se estabelecer um mecanismo de cooperação macroeconômica entre os países da região. De acordo com a CEPAL (1994):

A integração comercial pode induzir a uma necessidade maior de coordenar as políticas macroeconômicas. Entretanto, e a despeito da atenção que esse tema tem recebido no âmbito do MERCOSUL, essa coordenação tende a ser limitada na América Latina e no Caribe, particularmente quando existem condições de instabilidade que impedem que um país exerça um controle efetivo sobre seus próprios instrumentos. Além disso, deve-se levar em conta que as formas mais sólidas de coordenação surgem como resultado de um processo bastante longo, durante o qual a integração vai adquirindo maior impulso e as políticas macroeconômicas interagem constantemente. (CEPAL, 1994, pp.955-956).

Uma forma de minimizar tal problema seria através da criação de um conjunto de relações inter-industriais que permitissem um maior trans-

bordamento tecnológico entre as empresas dentro do mercado integrado. Um ambiente de maior inter-relação demanda uma maior estabilidade macroeconômica dos países onde tais empresas estão instaladas. Desta forma, ao se ampliar o nível de relacionamento e entrelaçamento das empresas, maior seria a necessidade de se manter a estabilidade macroeconômica entre os países (BRAGA, 2002).

No caso do Mercosul verifica-se que após o período de instabilidade, o bloco vem tentando retomar os níveis de dinamismo dos seus primeiros anos de integração. Isto fica bem evidente quando comparamos o desempenho comercial do bloco no período da instabilidade de 1997-2002, com o triênio 2003-2005. No período de 1997-2002 as taxas de crescimento médio das exportações se mantiveram na ordem de 1,3% a.a., enquanto que as taxas médias de importação sofreram uma redução em média de 9,3% a.a., com uma corrente de comércio reduzindo-se de US\$ 180.3 bilhões para US\$ 148.5 bilhões. Já no triênio 2003-2005, as exportações cresceram a uma taxa média de 22,6% a.a., e as importações apresentaram desempenho semelhante, resultando num aumento do superávit comercial acumulado na ordem de 86%, e numa corrente de comércio do bloco de US\$ 272,9 bilhões em 2005, ou seja, conseguiu atingir seu maior volume histórico. (INTAL, 2006). Além da busca do dinamismo o Mercosul também procurou avançar no seu processo de integração incluindo na agenda de negociações internas temas como a eliminação da dupla cobrança da TEC; a renegociação do acordo automotivo entre o Brasil e a Argentina; a instituição do mecanismo de adaptação competitiva²⁰; o tratamento das assimetrias entre os países membros, e a entrada da Venezuela²¹ no bloco como membro efetivo, além de outras questões pontuais. Isto demonstra que, apesar das dificul-

dades de coordenação macroeconômicas e do período de instabilidade, o Mercosul permanece sendo uma das prioridades dos países que o integram.

Considerações Finais

O regionalismo é sem dúvida um importante e contraditório processo dentro do ideário do livre comércio proposto a partir do final da 2ª. Guerra Mundial. Importante, pois boa parte das relações econômica ocorre dentro de algum esquema regional. Contraditório, porque fere a idéia básica presente no conceito de multilateralismo: o livre comércio em escala global. A experiência européia é, sem dúvida, uma grande referência. Os atuais esquemas de integração bem como os interesses dos EUA, tradicionalmente voltados para o multilateralismo, no regionalismo demonstram que a integração econômica regional é uma das principais características das relações econômicas internacionais no mundo contemporâneo. Mas não se pode considerar apenas a experiência européia e os esquemas recentes. O processo de integração regional na América Latina é por demais rico para não ser considerado. Nele percebem-se inúmeras motivações que vão desde a busca de um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico latino-americano até um comportamento estratégico diante de um mundo cada vez caracterizado por blocos comerciais.

Por outro lado, os entraves encontrados no avanço e no aprofundamento dos esquemas de integração econômica da região, que envolvem economias com grandes disparidades econômicas e com graves problemas macroeconômicos, demonstram a importância da cooperação econômica em tais esquemas, seja no que diz respeito a concessões a países menos desenvolvidos ou na coordenação política e harmonização de condições macroeconômicas. Ou seja, o esforço em

¹⁹ Crise mexicana – 1994; Argentina – 1995 e 1999; asiática – 1997; russa – 1998; brasileira – 1998/99.

²⁰ Mecanismo que tem por objetivo disciplinar a imposição de medidas de proteção no comércio bilateral.

²¹ A Venezuela tem o prazo até 2014 para promover os ajustes e passar a adotar a TEC do MERCOSUL.

direção à integração econômica vai muito além da liberalização comercial, ainda que esta seja uma das grandes motivações do processo.

Atualmente prevalece o debate em torno de um grande processo de integração, liderado em grande parte pelos EUA: a ALCA. Resta saber se tal processo insere-se na longa, rica, complexa e difícil trajetória da integração latino-americana e do desenvolvimento da região, ou se é apenas a retomada de uma relação comercial de centro-periferia, como abordada por Prebisch nos anos 50.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Mercosul em sua primeira década (1991-2001): uma avaliação política a partir do Brasil. Documento de divulgação no. 14. Buenos Aires: BID-INTAL, abril 2002.
- ARAGÃO, José M. (1983). ALADI: Perspectivas a partir de la Experiencia de la ALALC y de la Situación Actual de la Economía Internacional. Integración Latinoamericana 86, dez. 1983.
- BALASSA, B. (1964). *The Theory of Economic Integration*, tradução portuguesa, Teoria da Integração Econômica. Lisboa. Livraria Clássica. 1964.
- BARBOSA, R. A. (1993). Liberalização do comércio, integração regional e Mercado Comum do Sul: o papel do Brasil. Revista de Economia Política, vol. 13, no. 1(49), janeiro-março/1993.
- BARBOSA, R. A. (1996). O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990). In Albuquerque, J. A. G. (org). Diplomacia para o desenvolvimento. Sessenta anos de política externa brasileira. V.2. NUPRI. São Paulo.
- BAUMANN, R. (2001). "Mercosul: Orígenes, Ganhos, Desencontros e Perspectivas". in IPEA (2001). Mercosul: Avanços e Desafios da Integração. BAUMANN, R (org) IPEA/CEPAL, Brasília, 2001.
- BID (2003). Relatório 2002. Progresso Econômico e Social na América Latina. "Além das Fronteiras: O Novo Regionalismo na América Latina". Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, D.C., 2003.
- BIELSCHOWSKY, R. (1998) *Evolución de las ideas de la CEPAL*. Revista de la CEPAL N° extraordinário. Santiago de Chile. Outubro de 1998.
- _____. (2000). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia – COFECON/Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- BONELLI, R. (2000). Fusões e Aquisições no Mercosul. IPEA, Texto para discussão no.718. Rio de Janeiro, 2000.
- BRAGA, M. B. (2002). Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. Cadernos PROLAM/USP. São Paulo. 2002.
- _____. (2003). Motivações em Processos de Integração Econômica Regional. In Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET. Reformas trabalhistas e previdenciária, crescimento econômico e distribuição de renda: programa e anais dos resumos. São Paulo. Annablume, 2003.
- CEPAL (1959). A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000
- _____. (1985). Las Relaciones Económicas Internacionales de América Latina y la Cooperación Regional. *Serie Estudios e Informes de la CEPAL*. No. 49. Chile. 1985.
- _____. (1990). Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000
- _____. (1992). *Ensayos Sobre Coordinación de Políticas Macroeconómicas*. Comisión Económica Para América Latina e Caribe. Santiago do Chile. 1992.
- _____. (1992a). *La coordinación de las políticas macroeconómicas en el contexto de la integración latinoamericana: una primera aproximación para el caso de la integración entre Argentina e Brasil*. In: CEPAL (1992). *Ensayos Sobre Coordinación de Políticas Macroeconómicas*. Comisión Económica Para América Latina e Caribe. Santiago do Chile. 1992.
- _____. (1992b). *Coordinación de Políticas Macroeconómicas en la Integración Latinoamericana: Una Necesidad o una Utopía?* In: CEPAL (1992). *Ensayos Sobre Coordinación de Políticas Macroeconómicas*. Comisión Económica Para América Latina e Caribe. Santiago do Chile. 1992.
- _____. (1994). O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000
- CORRÊA. Luis F. S. (2000). A visão estratégica brasileira do processo de integração, in CAMPBELL, J. (org) Mercosul entre a realidade e a utopia. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2000.
- DEVLIN, R. e ESTEVADEORDAL, A. (2001). "Que hay de nuevo en el nuevo regionalismo de las Américas? INTAL – ITD – STA. Documento de Trabajo N° 7. Agosto de 2001.
- DEVLIN, R. e Ffrench-Davis, R. (1998). *Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s*. INTAL. Working Paper 2. December 1998.
- ESCAITH, H. (2004). *La integración regional y la coordinación macroeconómica en América Latina*. Revista de la CEPAL, n° 82, Abril 2004.
- Ffrench-Davis, R. (1989). Integración Económica. Série Estudios Integración Latinoamericana, janeiro-fevereiro de 1989.
- FUENTES, J. A. 1994. *El regionalismo abierto y la integración económica*. Revista de la CEPAL, No.53, Agosto 1994.
- INTAL (2006). Informe Mercosul no. 11. Buenos Aires: BID-INTAL, novembro de 2006
- IPEA (2001). Mercosul: Avanços e Desafios da Integração. BAUMANN, R. (org). Brasília: IPEA/CEPAL, 2001.
- MASSAD, C. (1989) Una nueva estrategia para la integración. Revista de la CEPAL. N° 37. Santiago de Chile. Abril de 1989.
- PREBISCH, R. (1949). O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In Bielschowsky, Ricardo (org). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia – COFECON. Ed. Record. Rio de Janeiro, 2000.
- ROSENTHAL, G. (1989). *El desarrollo de América Latina y el Caribe em los años ochenta y sus perspectivas*. Revista de la

CEPAL. N° 39, Santiago de Chile, Dezembro de 1989.

_____. (1993). *La integración regional en los años noventa*. Revista de la CEPAL. N° 50. Santiago de Chile. Agosto de 1993.

SUNKEL, O. (1998). *Desarrollo e integración regional: otra oportunidad para una*

promesa incumplida? Revista de la CEPAL. N° extraordinário. Santiago de Chile. Outubro de 1998.

TAVARES, M. C. y GOMES, G. (1998) *La CEPAL y la integración económica de América Latina*. Revista de la CEPAL. N° extraordinário. Santiago de Chile. Outubro de 1998.

VERSIANI, F. R. (1987). *As Experiências Latino-Americanas de Integração e os Novos Acordos Brasil – Argentina – Uruguai*. In Baumann, Renato e Lerda, Juan Carlos (orgs.). *Integração em Debate*. Ed. Marco Zero / Ed. Universidade de Brasília. 1987.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano

Área de concentração

- A dimensão Regional do Desenvolvimento
- Administração do Desenvolvimento